

REFLEXÕES SOBRE A LINGUAGEM: DE BAKHTIN À ANÁLISE DO DISCURSO

Freda Indursky

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

RESUMO: No presente trabalho, é examinada a concepção discursiva de Bakhtin, a partir de suas noções de dialogia e de enunciado. Segundo o autor, no enunciado, é possível vislumbrar diferentes vozes que estabelecem entre si relações dialógicas. O enunciado é, de fato, uma unidade discursiva, já que é uma resposta a enunciados anteriores e também está ligado àqueles que o seguem. Por essa razão, não é possível estudá-lo a partir de uma simples abordagem lingüística. Na seqüência, o trabalho contrasta as noções bakhtinianas com as formulações desenvolvidas pela Teoria da Enunciação e pela Análise do Discurso. Inicialmente, a noção de polifonia de Ducrot é analisada e, a seguir, a concepção de enunciado dividido de Courtine. A primeira possibilita a ocorrência de valores antagônicos associados a sujeitos diferentes no bojo de um mesmo enunciado. A segunda permite que diferentes sujeitos históricos instaurem diferenças, divergências, antagonismos no seio de um enunciado discursivo, fazendo soar constitutivamente o discurso-outro no discurso do sujeito. Contrastando com Bakhtin, pode-se dizer que não se trata de relações entre enunciados, mas de relações internas ao enunciado.

ABSTRACT: Starting from Bakhtin's notions of statement and dialogism, this paper examines his discursive conception of language. According to him, it is possible to discern different voices in the statement which establish among each other dialogical relations. The statement is in fact a discursive unit, since it is an answer to previous statements and is also linked to those which follow it. For that reason, it is not possible to study them from a simple linguistic approach. The next step is to contrast Bakhtin's notions with the conceptions developed in the Theory of Enunciation and in Discourse Analysis. Firstly, Ducrot's concept of polyphony is looked upon; secondly, Courtine's concept of divided statement. Whereas the former allows for the occurrence of antagonic values associated to different subjects within the same statement, the latter allows different historical subjects to establish differences, divergences and antagonism in the kernel of the discursive statement, making the discourse of the other sound constitutively in the discourse of the subject. In these conceptions it is a matter of relations within the statement whereas in Bakhtin's it is a matter of relations between statements.

1. Bakhtin e Saussure: um contraponto de concepções teóricas

ABORDAR A obra de Bakhtin é, para mim, de imediato, pensar na noção de *dialogia*. Essa preocupação atravessa toda sua obra.

Dialogia está diretamente vinculada a outras noções que lhe são correlatas: *fala de outrem, vozes diferentes, vozes dos outros, discurso do outro, inter-relação dialógica, ressonâncias dialógicas, multiplicidade de vozes, polifonia, interação verbal*, entre outras. Esse elenco de diferentes designações não só permite melhor desenhar a questão como também possibilita vislumbrar os diferentes enfoques através dos quais a noção de *dialogia* foi sendo examinada ao longo da obra desse autor. É mesmo lícito dizer que o *princípio dialógico* estrutura toda sua produção teórica.

Essa preocupação é essencial em sua obra, pois representa a reação bakhtiniana à concepção de objeto de observação, postulado pela Lingüística convencional. Como afirma Bakhtin,

“a lingüística do século XIX, a começar por Humboldt, sem negar a função comunicativa da linguagem, empenhou-se em relegá-la ao segundo plano, como algo acessório; passava-se para o primeiro plano a função formadora da língua sobre o pensamento, independente da comunicação”.
(Bakhtin, 1992, p.289)

De fato, a determinação do objeto da Lingüística, tal como o conhecemos hoje, resultou das famosas dicotomias saussurianas, salientando-se, sobretudo, o famoso corte epistemológico que, pela barra, silenciou e desqualificou a fala, assim representando os limites da língua, já que este gesto separou fortemente o sistêmico do pragmático e do discursivo que nela existem igualmente. Essa dicotomia produziu um objeto teórico higienizado pela exclusão do sujeito e de suas marcas espaço-temporais, bem como as variantes individuais, entendidas como acessórias. Dele ficam igualmente apagadas as marcas do trabalho discursivo desse sujeito, vale dizer, os processos de significação e os deslizamentos de sentido.

Fica evidente que as exclusões estabelecidas incidem todas sobre o sujeito. Sua atividade, ligada ao exercício da linguagem, é entendida como individual, remetendo para uma “liberdade” que escapa às sistematizações próprias à língua. E Saussure afirma mesmo que

“a ciência da língua não só pode prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados”. (Saussure, 1916, p.23)

A exclusão do sujeito implica, como conseqüência, também a exclusão de seu interlocutor e, por conseguinte, com este corte, fica eliminada da língua sua perspectiva dialógica. Assim, todos os fatores pelos quais a linguagem se faz mediadora entre

“o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, coagindo”
(Benveniste, 1976, p.224),

todos esses fatores não fariam parte desse *“tesouro depositado em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade”* (Saussure, 1916, p. 21). Esses fatores atuam no nível do processo, pertencem a um funcionamento semântico da língua. Por essa razão, os procedimentos da Lingüística devem desconsiderá-los, a fim de vislumbrar apenas o produto que permite trabalhar sobre a estrutura da língua. Dessa forma, a oposição *língua/fala*, princípio fundante da ciência lingüística, exclui a atividade linguageira que é eminentemente dialógica e produtora de sentidos. Vale dizer, com o corte saussuriano elimina-se o funcionamento semântico da língua e privilegia-se seu funcionamento semiótico e sistêmico.

E assim permaneceu por muito tempo. Foi Bakhtin² quem primeiro percebeu as perdas que tal dicotomia acarretou e, em função disso, reivindicou para a língua dois objetos distintos, como se pode depreender a partir da citação que segue:

“a língua como objeto específico da lingüística é obtida por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela lingüística, os que têm importância primordial para nossos fins³. Por esse motivo, as nossas análises não são lingüísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na metalingüística, subentendendo-a como um estudo ... daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam - de modo absolutamente legítimo - os limites da lingüística... A lingüística e a metalingüística estudam um mesmo fenômeno

concreto, muito complexo e multifacético – o discurso, mas o estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão”. (Bakhtin, 1981a, p.157)

Como se vê, a problemática do discurso está posta por Bakhtin desde muito cedo, pois essa reflexão data de 1929.

2. O enunciado e a dialogia bakhtiniana

Há muitos aspectos que poderiam ser considerados para adentrar essa questão na obra do autor em pauta. Entretanto, prefiro continuar a persegui-la pelo filão da dialogia. E, para tanto, vou abordá-la a partir da concepção bakhtiniana de *enunciado*, pois esta noção vai possibilitar relacionar a reflexão de Bakhtin com a produção mais recente em torno da Análise do Discurso.

Segundo Bakhtin, *“cada enunciado é um elo da cadeia complexa de outros enunciados”* (Bakhtin, 1992, p. 291), pois *“a fala só existe na forma concreta dos enunciados de um indivíduo”* (id., p. 293). Mas se esta é uma das características que o autor atribui ao enunciado, não é a única, nem, tampouco, a mais importante. Como ele salienta, o enunciado é uma *construção híbrida* que, com base em seus

“índices gramaticais (sintáticos), pertence a um único falante, mas, onde, na realidade, estão confundidos dois enunciados, dois modos de falar, dois estilos, duas ‘linguagens’, duas perspectivas semânticas e axiológicas... Entre esses enunciados..., não há nenhuma fronteira formal, composicional e sintática: a divisão das vozes e das linguagens ocorre nos limites de um único conjunto sintático, freqüentemente nos limites de uma proposição simples...”. (Bakhtin, 1988, p.110)

Como é possível perceber, para Bakhtin, o *enunciado* é a unidade de análise discursiva através da qual é possível vislumbrar diferentes vozes que estabelecem entre si relações dialógicas. Graças a esse princípio,

“o enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado... O

enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores: refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles...” (Bakhtin, 1992, p. 316)

Ou seja, os enunciados estabelecem entre si um diálogo constante. Entretanto, não se trata de um diálogo que possa ser tratado formalmente, pois, como diz o autor

“a inter-relação que se estabelece entre o discurso inserido do outro ... e o resto do discurso ... não tem analogia com as relações sintáticas existentes dentro dos limites de um conjunto sintático simples ou complexo” (Bakhtin, 1992, p. 318)

Assim, por um lado, sua concepção de enunciado distancia-se de uma simples abordagem sintática, tal como é praticada pela lingüística *strictu senso*, que não é capaz de mostrá-lo como *“um fenômeno complexo, polimorfo”*, (Bakhtin, 1992, p. 318) e, por outro lado, ele apresenta grande

“analogia com as relações existentes entre as réplicas de um diálogo... [pois] as fronteiras que essa alternância edifica são nesse caso tênues e específicas: a expressão do locutor se infiltra através dessas fronteiras e se difunde no discurso do outro ...” (Bakhtin, 1992, p. 318)

Por essa razão, Bakhtin entende que o discurso do outro possui uma expressão dupla: a sua própria e a do enunciado que o acolhe (Bakhtin, 1992, p. 318). Desse encontro, dá-se a *“alternância dos sujeitos falantes e sua inter-relação dialógica repercute claramente”* (Bakhtin, 1992, p. 318). Por conseguinte, *“o enunciado ... não pode ser separado dos elos anteriores que o determinam, por fora e por dentro, e nele provocam reações-respostas imediatas e uma ressonância dialógica.”* (Bakhtin, 1992, p. 320) Mas, salienta o autor,

“o enunciado não está ligado apenas aos elos que o precedem, mas também aos que lhe sucedem ... , [pois ele] elabora-se em função de uma eventual resposta. Por conseguinte, o papel dos outros para os quais o enunciado se elabora é muito importante.

(Bakhtin, 1992, p. 320)

Como é possível perceber, já está em Bakhtin a noção de *antecipação*, tal como a Análise do Discurso a concebe, nas formulações de Pêcheux (1975).

Essa é a dimensão do enunciado em Bakhtin. Por essa razão, não é possível estudá-lo a partir das relações lingüísticas do sistema da língua, nem, tampouco, a partir do enunciado tomado isoladamente, pois isso remete às relações internas e à ordem factual-lógica (Bakhtin, 1992, p. 346). O que interessa, de fato, para Bakhtin são “as *relações entre o enunciado e a realidade, entre o enunciado e o locutor*”, e estas não são da ordem da lingüística, afirma o autor. (Bakhtin, 1992, p. 346). Nessa concepção, o “*enunciado é inteiramente perpassado por elementos extralingüísticos, vale dizer, dialógicos*”. (Bakhtin, 1992, p. 335).

Na opinião do autor, entretanto, a relação dialógica só é possível entre enunciados concluídos, proferidos por *locutores distintos* (Bakhtin, 1992, p. 345). É claro que a “*relação dialógica pressupõe uma língua, mas não existe no sistema da língua*” (Bakhtin, 1992, p. 345). Dito de outra forma, as relações dialógicas

“são absolutamente impossíveis sem relações lógicas e concreto-semânticas, mas são irredutíveis a estas e têm especificidade própria. Para tornarem-se dialógicas ..., devem materializar-se, passar para outro campo da existência, devem tornar-se discurso”. (Bakhtin, 1981a, p. 159)

Como se vê, mais uma vez, encontramos uma coincidência enorme entre a concepção de discurso de Bakhtin e aquela formulada por Pêcheux (1975), para quem o discurso pode ser pensado como um objeto lingüístico, com a condição de que seja entendido como não inteiramente lingüístico.

Para melhor fundamentar essa questão, Bakhtin exemplifica-a com duas frases, que designa de juízos de valores: “*a vida é boa*” e “*a vida não é boa*”. Essas frases estão revestidas de uma forma lógica e um conteúdo concreto-semântico determinado. Entre elas há certa relação lógica: uma é a negação da outra. Mas não há e não pode haver entre elas qualquer relação dialógica, pois elas não discutem absolutamente entre si. Para que se instaure uma relação lógica entre elas, é preciso que saiam do âmbito da descrição lingüística e se materializem pelo viés de uma atividade de linguagem. Só assim, como uma tese e sua antítese, elas podem unir-se em um enunciado produzido por um sujeito que expresse uma posição

dialética em relação a um dado problema. Mas, nesse caso, tais frases não estabelecem entre si relações dialógicas. Para que tal ocorra, essas duas frases precisariam dividir-se entre dois diferentes enunciados de dois sujeitos distintos. Essas são as condições necessárias para que relações dialógicas sejam construídas. (Bakhtin, 1981a, p. 159). Vale dizer que a voz individual só se faz ouvir ao integrar-se ao coro complexo de outras vozes já presentes. É no interior desse contraste de vozes que se instaura a dialogia, tal como Bakhtin a concebeu.

3. Da dialogia de Bakhtin à polifonia de Ducrot

Entre os pesquisadores contemporâneos que desenvolvem os princípios bakhtinianos, é preciso destacar o trabalho de Ducrot. Esse lingüista, contrariando o pressuposto básico bakhtiniano de que a lingüística não é capaz de dar conta da dialogia, desenvolveu uma série de princípios e noções para uma abordagem lingüística da polifonia, dando continuidade à reflexão bakhtiniana sobre a dialogia.

Em 1980, no primeiro capítulo de seu livro *Les mots du discours*, intitulado “Analyse de textes et linguistique de l’énonciation”, Ducrot apresenta sua primeira formulação para uma teoria lingüística da polifonia (1980, p. 47). Para tanto, começa por distinguir *locutor* de *enunciador*. *Locutor* é aquele que produz o enunciado no momento da enunciação e por ele se responsabiliza. Frequentemente coincide com o falante empírico, sendo designado pelas marcas de primeira pessoa (id., p. 35), mas nem sempre é o autor do discurso, pois pode incorporar ao seu enunciado falas de outros locutores. Para distinguir o locutor das outras vozes que seu enunciado pode veicular, introduz o conceito de *enunciador* que define como aquele a quem é atribuída a responsabilidade dos atos ilocutórios veiculados pelo enunciado do locutor (id., p. 38). A esse par, associa-se um segundo - *alocutário/destinatário*. A enunciação produzida pelo locutor dirige-se a um *alocutário*, que é representado pelas marcas da segunda pessoa (id., 35), enquanto o *destinatário* é a pessoa a quem os atos ilocutórios produzidos pelo enunciador se destinam (id., p. 38).

E, mais adiante, Ducrot esclarece que se fala de “*interpretação polifônica* quando o ato ilocutório de asserção é atribuído a um personagem diferente do locutor”. (id., p. 44). Como é possível perceber, a polifonia se estabelece com base no desdobramento da figura do locutor em outras figuras enunciativas, podendo, assim, tornar “audíveis” outras vozes através

da sua. É nesses termos que é possível afirmar que

“uma enunciação é polifônica se ela se apresenta como sendo, entre outras coisas, a realização de um ato de fala cujo autor – o enunciador – não se identifica ao locutor da enunciação”. (Anscombre e Ducrot, 1983, p. 131)

Em 1984, Ducrot retoma essa reflexão, fragmentando ainda mais a figura do locutor que passa a receber duas representações diversas: (a) o *locutor enquanto tal* (L), responsável pelo enunciado; (b) o *locutor enquanto ser do mundo* (I); ambos constituídos no enunciado e, portanto, seres do discurso. A identificação de (I) só é possível através de (L) (Ducrot, 1987, p. 188)

A noção de *enunciador* também foi reformulada. As vozes veiculadas pela enunciação não mais são realizadoras de atos ilocutórios. Elas veiculam, através da enunciação, diferentes *pontos de vista* que o locutor organiza para com eles identificar-se ou para opor-se-lhes (id., p. 193 e 202).

Como é possível perceber, essa formulação polifônica da enunciação conduz ao afastamento da concepção unicista da figura enunciativa do locutor, tal como foi concebida por Benveniste⁴, representando um avanço considerável no entendimento do processo de interlocução, pois com o desdobramento dos interlocutores surge a possibilidade de analisar, no interior de um único enunciado, o que Bakhtin pensava ser possível apenas na relação entre enunciados, conforme vimos mais acima. O que permite ainda dizer que é possível considerar tais questões à luz da Lingüística, não se fazendo mais necessário, para tal fim, trabalhar no âmbito da metalingüística.

Ao desdobrar a figura do locutor, Ducrot abre a possibilidade de encontrar, no interior de um único enunciado, *“a voz do outro”*, *“vozes diferentes”* ou ainda *“vozes em confronto”*. Um estudo dotado de tais características evidentemente não ocorre à luz da Lingüística *stricto sensu*, que tem por objeto o *sentido homogêneo* ou *literal* das frases, mas no âmbito de uma Lingüística que contempla uma *dimensão semântica* da língua, que postula um sujeito não-unicista e admite o sentido dialógico, heterogêneo ou polifônico dos enunciados, pois, como afirma Ducrot, a noção polifônica faz aparecer *“o caráter constitutivo da alteridade na atividade linguageira”* (1980, p. 47). Como é possível perceber, o autor considera o dialogismo como o princípio constitutivo da linguagem e do

sentido dos enunciados. Isto indica, igualmente, que, não apenas a concepção do que é *Linguística* altera-se consideravelmente, mas sobretudo o entendimento do que seja *língua* transforma-se significativamente. A língua, nesse quadro teórico, abriga o sujeito e o outro, assumindo um caráter eminentemente dialógico.

Com esse deslocamento operado pela teoria linguística da polifonia, é possível retomar, à guisa de comparação, a análise dos enunciados “*a vida é boa*” e “*a vida não é boa*”, analisados anteriormente na perspectiva bakhtiniana.

Ducrot interessa-se pelo estudo semântico da negação desde 1972. No entanto, foi a partir de seus estudos sobre a polifonia linguística que sua reflexão sobre a negação tomou a direção que me interessa aqui examinar. Refiro-me à *função polêmica* da negação, tal como foi por ele descrita em 1980 (p. 49-55) e, posteriormente, retomada em 1984 (1987, p. 202-204).

Para Bakhtin, como vimos anteriormente, “*a vida é boa*” e “*a vida não é boa*” são dois pontos de vista opostos, antagônicos, e só podem realizar-se em dois enunciados diferentes, produzidos por dois sujeitos igualmente diferentes (Bakhtin, 1984, p. 202).

Na perspectiva polifônica desenhada por Ducrot, ao contrário,

“o enunciado negativo permite que duas vozes antagônicas expressem-se simultaneamente no mesmo enunciado.” (Ducrot, 1980, p. 55)

Dito de outra forma: o enunciado negativo – *A vida não é boa* – mobiliza, de fato, dois enunciadores – E^1 e E^2 . Do primeiro, temos o ponto de vista de que *A vida é boa*... Do segundo chega-nos um ponto de vista adverso: *A vida não é boa*. O locutor, ao responsabilizar-se pelo enunciado, organiza essas duas vozes, identificando-se a um dos enunciadores, E^2 , e, por conseguinte, ao assumir o ponto de vista da refutação, opõe-se ao primeiro enunciador, E^1 , defensor de uma atitude afirmativa. Ou seja, a asserção positiva é um ato do qual o locutor distancia-se pelo viés do enunciado negativo. Mas o fato de colocar em cena o enunciador da asserção é índice do interesse do locutor pelo assunto da asserção.

Vale dizer, pois, que há polifonia quando o enunciado representa mais de um enunciador para o enunciado, produzindo uma dialogia interna, essencial para a constituição do sentido, como no exemplo que acabamos de examinar.

É desta forma que a noção de polifonia desloca para as fronteiras internas do enunciado e, por via de consequência, para o campo da

Lingüística, a Lingüística enunciativa, o que Bakhtin preconizava ser da ordem da metalingüística ou a Translingüística, que levava em consideração elementos extralingüísticos.

Foram os estudos de Ducrot que introduziram efetiva e sistematicamente o princípio dialógico de Bakhtin na reflexão da lingüística atual. Dizendo de outra forma: só é possível trabalhar com essa perspectiva da linguagem porque a concepção de sujeito sofreu profunda transformação, como vimos mais acima. O sujeito, ao perder sua unicidade, é dividido,⁵ possibilitando que duas vozes diferentes e antagônicas possam se fazer ouvir em um mesmo enunciado.

Somos, hoje, indubitavelmente tributários dos estudos de Ducrot, quando pensamos numa perspectiva dialógica para refletir sobre a linguagem no âmbito dos estudos lingüísticos. Ou seja, os estudos ducrotianos permitiram inscrever dentro dos limiares da Lingüística e do enunciado o que anteriormente parecia a Bakhtin só ser possível se ultrapassássemos as fronteiras da Lingüística e se trabalhássemos com diferentes enunciados.

A seguir, pretendo mostrar os desdobramentos que tais idéias tiveram, com reflexos para a teoria da Análise do Discurso, tal como é praticada hoje.

4. De Bakhtin à Análise do Discurso

Pode-se aproximar a concepção dialógica que Bakhtin tem do discurso com a perspectiva assumida por Pêcheux ao longo da construção de sua Teoria do Discurso, bem como de toda a produção teórica sobre o discurso que se lhe seguiu e que o toma como objeto de estudo. Nesses trabalhos, entretanto, é concebida uma perspectiva não-subjetiva da enunciação, onde o sujeito não é o centro do discurso por ter sido descentrado tanto pela interpelação ideológica, que o entende desde sempre já afetado por uma Formação Ideológica, quanto pelo fato de ser um sujeito dotado de inconsciente, isto é, um sujeito que é interpelado ideologicamente, mas o ignora, imaginando-se autodeterminado e a única fonte de seu dizer.

Tais características do sujeito da Análise do Discurso estabelecem uma distinção fundamental entre a concepção de sujeito que as duas teorias em tela desenvolveram. Dito de outra forma: embora Bakhtin admita que o signo é ideológico e que a linguagem é social (Bakhtin, 1981b), sua teoria concebe um sujeito que não é interpelado ideologicamente e é

consciente das escolhas que estabelece. Tal fato distingue seu sujeito do sujeito da Análise do Discurso, como foi exposto acima.

No âmbito da Análise do Discurso, tal como concebida pela teoria de Pêcheux, o sujeito do discurso deixa de ser o centro da interlocução, a qual passa a estar não mais no EU, como proposto por Benveniste, nem no TU, mas no intervalo criado entre ambos. Descentrado, o sujeito cinde-se, torna-se uma posição-sujeito entre outras que decompõem a forma-sujeito, o sujeito histórico que organiza o saber de uma Formação Discursiva, fazendo soar em seu discurso o já-dito em outro lugar (Pêcheux, 1975, p. 99), abrindo espaço para o discurso-outro no interior de seu discurso. Como se vê, entre outras coisas, a Análise do Discurso examina o já-dito de outro sujeito no âmbito do discurso. Isso já estabelece uma distinção ente os estudos de ducrotianos e os discursivistas.

Se, no nível do enunciado lingüístico, a polifonia traz grandes possibilidades, como vimos anteriormente, imagine-se o que sucede com os estudos discursivos.

Refiro-me particularmente aos estudos desenvolvidos por Courtine (1981 e 1982) sobre o *enunciado dividido* que veicula posições-sujeito ideologicamente antagônicas, próprias de diferentes Formações Discursivas⁶ (FD), em um mesmo enunciado discursivo.

Para o autor, o *enunciado* é um elemento de saber próprio a uma *Formação Discursiva*.⁷ Isto coloca esta categoria a cavaleiro entre a materialidade da língua (ou seja, para que um enunciado se produza faz-se necessário mobilizar elementos lingüísticos) e a materialidade discursiva. Mais especificamente, o *enunciado* consiste em um esquema geral que governa a *repetibilidade* no interior de uma rede de *formulações*. Para Courtine, rede de formulações é o conjunto estratificado, isto é, não-sintagmatizado, de formulações possíveis do enunciado. Os enunciados articulam-se entre si, no interior dessa rede, estabelecendo a referência dos elementos de saber da FD em que estão inseridos. Esta concepção de-sintagmatizada ou desnivelada remete para uma *dimensão vertical e interdiscursiva do enunciado*, onde os objetos se formam como *preconstruídos*.⁸

Tal concepção de enunciado afasta-se profundamente da acepção lingüística do enunciado, por razões ainda diversas daquelas que mobilizaram Bakhtin a dele afastar-se também.

Para melhor perceber a dimensão do enunciado em Courtine, destaque-se que

“no nível do interdiscurso, existe um espaço de parafraseagem discursiva, no qual é possível tanto valores semelhantes quanto valores antagônicos associados ao mesmo enunciado discursivo” (Courtine, 1982, p. 252).

Essa formação antagônica do enunciado dividido advém do fato que tais valores opostos relacionam-se a FD antagônicas. Assim sendo, é preciso representar esse enunciado na sua *modalidade contraditória*: E {X/Y} (Courtine, 1981, p. 99).

Essa representação do enunciado sob forma dividida aponta para a contradição que lhe é constitutiva, onde X e Y representam posições referenciais de sujeito dominadas por FD antagônicas, vale dizer que representam *posições de sujeito antagônicas*, localizadas em FDs igualmente antagônicas, e inscritas no contexto de uma *mesma formulação de enunciado*, razão pela qual foi designado de dividido. Essa representação do enunciado dividido indica o limite entre o formulável em uma FD (FDX) e o não formulável nessa FD, mas formulável em uma outra FD, que lhe é antagônica, (FDY), o que vai estar na base do *“efeito de identificação contrastiva”* (id., p. 102).

Essa divisão entre o formulável e o não formulável fixa os limites da *“aceitabilidade discursiva, assegurando o fechamento de um domínio de saber”* (1982, p. 260).

No que tange ao enunciado dividido propriamente dito, por seu viés estabelece-se a relação entre dois sujeitos de saber antagônicos e esse enunciado pode ser assim representado: E{PS1/PS2}, onde PS1 remete à posição-sujeito que se identifica com FDX e PS2 refere-se à posição-sujeito que se identifica com FDY e de sua reunião sob a forma de enunciado dividido surge a representação de uma identificação contrastiva, como a designa Courtine, a qual prefiro nomear identificação antagônica, por envolver posições-sujeito inscritas em FD antagônicas.

Relembrando o exemplo de Bakhtin anteriormente analisado, *“a vida é boa”* e *“a vida não é boa”*, para o autor trata-se de dois pontos de vista opostos, antagônicos que, para estabelecerem uma relação dialógica, só podem realizar-se em dois enunciados diferentes, produzidos por dois sujeitos igualmente diferentes (Bakhtin, 1984, p. 202).

Anteriormente, vimos como a análise polifônica de Ducrot dá conta dessa questão: trata-se de dois pontos de vista diferentes, advindos de

enunciadores igualmente diferentes, que o locutor mobiliza, identificando-se a um deles e polemizando com o outro.

Na perspectiva do *enunciado dividido*, tal como formulado por Courtine, “*a vida é boa*” e “*a vida não é boa*” remetem para duas posições antagônicas de sujeito, inscritas em FDs igualmente antagônicas (Courtine, 1981, p. 94) que, no âmbito do interdiscurso, encontram-se reunidas no interior do mesmo *enunciado discursivo* o qual, por essa razão, é chamado de *enunciado dividido*, o que dá conta de identificações contrastivas e ideologicamente antagônicas.

Como se vê, na Análise do Discurso, que assume uma perspectiva não-subjetiva da enunciação, o sujeito não é o centro do discurso. Descentrado, o sujeito cinde-se em diferentes posições-*sujeito* que fazem soar em seu discurso o já-dito, proveniente do interdiscurso (Pêcheux, 1975, p. 99), abrindo espaço para o discurso-outro no interior do discurso de um sujeito.

A seguir, para ilustrar o funcionamento do enunciado dividido, vou analisar uma seqüência discursiva proveniente do discurso militar. Mas, para contrastar essa análise com a análise polifônica de Ducrot, vou iniciar com uma análise ducrotiana.

O congresso não foi suprimido, mas encontra-se em recesso nos termos do Ato Institucional nº 38...⁹

Por um lado, encontramos nessa seqüência um *enunciado negativo* que, por si só, aponta para o funcionamento da *negação polêmica*. Esta indica que há dois enunciadores que expressam pontos de vista divergentes sobre o fechamento do Congresso, a saber:

Ponto de vista de E¹: O Congresso foi suprimido

Ponto de vista de E²: O Congresso encontra-se em recesso

Em face desses dois pontos de vista divergentes, o locutor do enunciado identifica-se com E² opondo-se a E¹, que afirma que o *Congresso foi suprimido*. E o faz explicitando o ponto de vista mobilizado, pelo viés do operador argumentativo *não*. Assim procedendo, o locutor lembra o ponto de vista de E¹ – *O Congresso foi suprimido* – para refutá-lo – *O Congresso não foi suprimido*. A seguir, pelo viés do operador argumentativo *mas*, reorienta sua argumentação em direção ao outro ponto de vista, defendido por E², com o qual se identifica: *O Congresso encontra-se em recesso*. Esta

é a análise que as formulações de Ducrot facultam.

Se nos afastarmos das análises ducrotianas, para retomar esse mesmo enunciado sob a ótica das formulações teóricas de Courtine, veremos que estamos em face de um *enunciado dividido*. Por um lado, encontramos nessa seqüência um *enunciado negativo* que, por si só, aponta para o funcionamento discursivo da *denegação*,¹⁰ que mobiliza o discurso de dois sujeitos distintos, porque interpretam diferentemente o fechamento do Congresso a partir de seu lugar social, a saber:

Posição-sujeito 1: O Congresso não foi fechado à o Congresso está em recesso (FDX)

Posição-sujeito 2: O Congresso foi fechado à O Congresso foi suprimido (FDY)

A posição-sujeito 1 remete àqueles que se inscrevem na FDX, com a qual se identificam os que são favoráveis à Ditadura Militar. Já a posição-sujeito 2 remete à FDY, que se opõe à FDX. Em FDY, inscrevem-se aqueles que se opõem à Ditadura Militar.

Estamos em face de um *enunciado dividido*: *O Congresso está fechado*. Esse enunciado divide-se entre as duas posições-sujeito que o reinterpretam e lhe atribuem sentido: para uns *fechado* significa *recesso*. Para outros, *fechado* significa *supressão*. Mas não apenas isso. Ele divide-se igualmente entre os saberes das duas Formações Discursivas. Dito de outra forma: o que pode ser dito em FDX não pode ser dito em FDY. E o inverso também é verdadeiro, ou seja, o que é possível afirmar em FDY não pode ser dito em FDX. Vale dizer, pois, que o enunciado “*O Congresso está fechado*” divide-se entre dois sentidos ideologicamente antagônicos, produzidos a partir de duas posições-sujeito igualmente antagônicas, em que o sujeito de FDX interpreta o fechamento do Congresso como seu *recesso*, o que equivale a dizer que o símbolo da democracia foi suprimido e, por conseguinte, o Regime é ditatorial. Não há outra leitura possível para tal fechamento, a partir desse lugar social. Já o sujeito de FDY, a partir de sua posição-sujeito, precisa interpretar o fechamento do Congresso como sua *supressão*, pois não convém, de seu lugar social, admitir que este tenha sido suprimido. Admitir tal fato implicaria em declarar que o Regime Militar é ditatorial, fato que nunca foi admitido pelo sujeito desse discurso. Vê-se, pois, que o enunciado está dividido entre duas posições-sujeito que se antagonizam ideologicamente. Em

decorrência disso, o enunciado está dividido entre dois sentidos antagônicos, que apontam para duas formas diametralmente opostas de se relacionar com a ideologia e que, pelo viés do enunciado dividido, entram em uma disputa de interpretações e geram sentidos opostos.

Essa análise mostra que há confronto entre as posições-sujeito 1 (FDX) e 2 (FDY). Tais posições-sujeito, ao se encontrarem reunidas em um mesmo enunciado discursivo, que se apresenta dividido entre ambas, apontam para uma identificação contrastiva ou antagônica, tal como podemos constatar a seguir:

(FDY) O Congresso foi suprimido
E _____
(FDX) O Congresso está em recesso

Ou seja, esses são os dois enunciados antagônicos que se encontram em circulação no interdiscurso. Entretanto, no caso ora em análise, não se trata, em absoluto, de dois enunciados veiculados por dois locutores diversos que estabelecem uma relação dialógica entre si, como queria Bakhtin. No âmbito da análise do discurso, pode-se postular para ambos o estatuto de duas posições-sujeito antagônicas, determinadas por FDs em confronto, reunidas no mesmo enunciado que, por essa razão, está dividido entre ambas. E um enunciado portador de sentidos antagônicos só pode inscrever-se no interdiscurso específico das Formações Discursivas que o mobilizam.

Através da associação de *não e mas* é possível refutar a posição-sujeito X e colocar em seu lugar uma outra que lhe é antagônica, Y, e, desta forma, ambas fazem-se presentes no enunciado discursivo. Trata-se de vozes provenientes de diferentes FDs que, pelo viés do *enunciado dividido*, estabelecem verdadeiros embates entre si, instaurando o confronto ideológico na materialidade discursiva.

Assim, através da noção de *enunciado*, tal como postulada pela Análise do Discurso, é possível examinar a dialogia discursivamente no âmbito de um único enunciado que, por ser dividido, possibilita que vozes dialoguem, que se instaurem ressonâncias, que se façam ouvir divergências, constituindo aí uma verdadeira interlocução discursiva, que faz soar constitutivamente o discurso-outro no discurso do sujeito de um discurso.

Além dessa modalidade de enunciado dividido, que se divide entre posições-sujeito inscritas em FDs antagônicas, ainda pode-se examinar

uma segunda modalidade de enunciado dividido, tal como descrito em (Indursky, 1997). Nesse caso, entretanto, trata-se de um enunciado que se divide entre posições-sujeito que se inscrevem em uma mesma FD. Quando isso ocorre, o que está em pauta é o desdobramento da Forma-Sujeito em diversas posições-sujeito. E suas formulações trazem a diferença para o âmbito da FD. Tais formulações entram em tensão entre si. Dito de outra forma: o saber da FD não é mais homogêneo. Ao contrário. No interior de uma formação discursiva convivem, de forma mais ou menos tensa, a diferença, a divergência, a contradição. De fato, nesse caso, o enunciado dividido traz a diferença para o interior da FD. Não são mais posições-sujeito em relação de antagonismo, mas em busca dos limites de sentido que uma FD pode suportar. Trata-se de saber até onde pode ir a diferença. Os limites dos sentidos possíveis de uma FD estão constataentemente sendo experimentados. Tal constatação aponta para o caráter essencialmente heterogêneo da FD, que impõe ao sujeito suportar a diferença e com ela compartilhar o espaço do dizível.

Se compararmos os resultados da análise inicial, produzida à luz das formulações ducrotianas, e as análises subseqüentes, realizadas sob o enfoque das reflexões de Courtine, veremos que a análise ducrotiana traz para dentro do enunciado lingüístico as reflexões bakhtinianas, dando-lhes um cunho de argumentação na língua. Já as análises de Courtine consideram a presença de diferentes vozes ideologicamente distintas no âmbito de um mesmo enunciado, refletindo sobre essas vozes e suas diferenças no discurso social de modo geral e no discurso político de modo muito específico e pertinente.

A partir das análises que precedem, percebe-se que, através da análise do enunciado dividido, estamos face à interlocução discursiva e à heterogeneidade do discurso, que é a forma que a dialogia assumiu no âmbito dos estudos discursivos.

Mais uma vez percebe-se que a mudança de objeto – da *língua* para o *discurso* – acarreta mudanças radicais na concepção de língua. Não estamos mais aqui diante de uma concepção puramente sistêmica de língua. Esse deslocamento coloca-nos frente a uma dimensão discursiva de língua que contempla fortemente o sujeito e sua inscrição sócio-histórica, fazendo intervir fortemente o interdiscurso no sistêmico. Estamos face igualmente a uma dimensão discursiva de língua que não só privilegia o sentido e não a forma como a parte essencial da prática discursiva, mas sobretudo vislumbra a possibilidade de que o sentido sempre pode vir a ser outro, num processo de

deslizamento/reconfiguração/ressignificação que se estabelece em função da historicização do sujeito do discurso.

Notas

¹ Essa concepção de “liberdade” de que goza o sujeito está muito bem colocada por Jakobson, como se pode avaliar a partir da citação que segue. “Existe na combinação de unidades lingüísticas uma escala ascendente de liberdade. Na combinação de traços distintivos em fonemas, a liberdade individual do que fala é nula; ... A liberdade de combinar fonemas está circunscrita, está limitada à situação marginal da criação de palavras. Ao formar frases com palavras, o que fala sofre menor coerção. E, finalmente, na combinação de frases em enunciados, cessa a ação de regras coercitivas da sintaxe e a liberdade de qualquer indivíduo para criar novos contextos cresce substancialmente...” (Jakobson, 1968, p. 39). Nessa concepção de língua, a fala, externa à língua, é o espaço de liberdade do sujeito, igualmente dela excluído. Sua atividade linguageira em nada afeta a língua enquanto sistema.

² Embora Bakhtin tenha sido o primeiro a discutir essa dicotomia e suas conseqüências, seu pensamento só ficou conhecido tardiamente no mundo ocidental, mais especificamente nos anos 70, quando finalmente seus textos passaram a ser traduzidos na França e nos Estados Unidos. Por essa razão, os escritos de Benveniste, mesmo que posteriores em relação aos de Bakhtin, são essenciais para retomar a discussão/reflexão de certas questões. Refiro-me sobretudo aos estudos realizados nas décadas de quarenta e cinquenta, produzindo um conjunto considerável de textos que foram reunidos e publicados, posteriormente, sob o sugestivo título de “O Homem na Língua”, em seu livro *Problemas de Lingüística Geral*. Nesses artigos, Benveniste investiga vigorosamente as marcas da *subjetividade* e da *correlação de subjetividade*, vale dizer, da intersubjetividade na língua. Ou seja, através da pesquisa empreendida por Benveniste, o sujeito que havia sido banido dos estudos lingüísticos pela definição do objeto da Lingüística retorna triunfante. Nessa perspectiva o sujeito encontra-se na origem da linguagem. Assim, em contraposição à Lingüística sistêmica, instaura-se um outro modelo lingüístico que examina a constituição do processo enunciativo, o qual passou a ser conhecido como Teoria da Enunciação ou Lingüística da Enunciação.

³ Se compararmos as pesquisas desenvolvidas por Bakhtin com aquelas realizadas por Benveniste, vamos perceber que ambos apresentam aspectos semelhantes entre si. Refiro-me ao fato de que os dois olharam criticamente para as conseqüências do corte epistemológico praticado por Saussure. Ambos estavam interessados pela ação do homem no uso da língua, o que Saussure definiu como impossível. Enquanto Bakhtin, em busca da dialogia, postulou uma Metalingüística, Benveniste, procurando as marcas da subjetividade na língua, formulou os fundamentos da Lingüística da Enunciação. De tudo quanto foi exposto aqui, percebe-se que, embora haja pontos de contato entre dialogia e enunciação, esses estudos não se superpõem. Enquanto Bakhtin, ao aceitar a Lingüística postulada por Saussure, julgava-a incapaz de dar conta do discurso, Benveniste procurou mostrar que é possível postular uma Lingüística da Enunciação.

⁴ Na nota 2, sinalizei que Benveniste recuperou o sujeito através de suas investigações. Cabe, no presente passo, mostrar de que forma o fez, para melhor contrastar seus estudos com os de Ducrot. Em seu artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (Benveniste, 1966, p. 228), o autor procura mostrar que a língua possui formas que possibilitam que alguém se assuma como locutor ao se apropriar da linguagem e, desse modo, funde sua subjetividade, pois podendo

dizer-se EU, pode dizer TU ao outro, constituído, por esse viés, em seu interlocutor. Assim, EU e TU designam os seres enquanto personagens do diálogo. Ou seja, Benveniste recupera as duas figuras enunciativas que sustentam uma visão dialógica de língua. É por essa forma que, em seu artigo “O aparelho formal da enunciação”, Benveniste afirma que “antes da enunciação, a língua é possibilidade de língua. Após a enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, atinge um ouvinte e suscita uma outra enunciação como retorno” (Benveniste, 1976, p. 81). Entretanto, o autor concebe o sujeito como uma figura plenamente centrada, que está longe de fragmentar-se, tal como ocorreu no trabalho de Ducrot. Tanto é assim que, ao comentar o verso de Rimbaud “eu é um outro”, o autor afirma que o “poeta francês fornece a expressão típica do que é especificamente a ‘alienação’ mental, onde o ego está destituído de sua identidade constitutiva”. Dessa forma, pode-se pensar que a concepção de sujeito, em Benveniste, é unicista, enquanto, para Ducrot é fragmentária. Isso permite fazer uma comparação entre os dois teóricos. A dialogia, em Benveniste, configura-se como uma troca constante entre um EU e um TU, instaurando a intersubjetividade. Já para Ducrot, a dialogia institui-se pela possibilidade do sujeito fragmentar-se entre *locutor e enunciador*, e veicular tanto a voz do outro como a própria voz no bojo de seu enunciado. Levando essa comparação um pouco além, poderíamos dizer que Benveniste recupera o sujeito e seu interlocutor para os estudos da linguagem, desenhando uma perspectiva semântica de língua. Já Ducrot, ao cindir a figura do sujeito entre as figuras enunciativas de locutor e enunciador, produz uma perspectiva dialógica de língua.

⁵ Os estudos de Ducrot conduziram à divisão da figura do sujeito não só sob a influência do Dialogismo de Bakhtin, mas também em função da interlocução teórica estabelecida com a Análise do Discurso, que concebeu um sujeito descentrado e histórico, dividido em torno de diferentes posições-sujeito, determinadas historicamente (Cf. Pêcheux, 1988 e Courtine, 1981).

⁶ A grande diferença que se estabelece entre as análises propostas por Ducrot e as análises introduzidas por Courtine é que o primeiro cinde a figura do sujeito em locutor e enunciador, pois o locutor se identifica a um enunciador e se antagoniza com o outro, enquanto Courtine mostra que um enunciado pode ser compartilhado por diferentes posições-sujeito, as quais remetem a diferentes formas de identificação com a ideologia. Em nenhum momento Ducrot associa a identificação a um dos enunciadores ou o antagonismo ao outro a relações que extrapolam o lingüístico e que residem no ideológico. Já Courtine mostra que as diferentes posições-sujeito presentes no enunciado são indicativas de diferentes posicionamentos ideológicos. Como se vê, os enunciadores de Ducrot não são interpelados ideologicamente, enquanto as posições-sujeito de Courtine o são.

⁷ Formação Discursiva remete para um domínio de saber no interior do qual organizam-se diferentes enunciados discursivos que veiculam o que pode e deve ser dito no interior do referido domínio em função de sua relação com a Formação Ideológica. Ou seja, uma Formação Discursiva organiza-se em função de um recorte ideológico do discursivo.

⁸ Esta noção remete para uma construção anterior, exterior, independente que é retomada e sintagmatizada por um outro discurso, aí produzindo um efeito de já-lá.

⁹ Esse enunciado consiste em um recorte discursivo produzido a partir de uma alocação presidencial realizada por Costa e Silva, em 31/3/68, durante uma entrevista coletiva para jornalistas brasileiros e estrangeiros, no Rio de Janeiro. Esta entrevista foi publicada no volume que reúne alocações presidenciais de Costa e Silva, publicado pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, em Brasília, vol. 1, sem data de publicação.

¹⁰ Em trabalho anterior (Indursky, F., *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, IEL, Unicamp, n. 19,

1990), trabalhei com o funcionamento discursivo da *denegação*. Esse funcionamento consiste em negar aquilo que é possível afirmar no âmbito da FD em que o sujeito do discurso está inscrito. No discurso ora em análise, afirmar que *O Congresso está fechado* é da ordem do que *pode ser dito* no âmbito da FD que afeta esse discurso. Entretanto, não convém fazê-lo, pois tal fato acabaria dando “munição” aos opositores do Regime Militar. Em função disso, o sujeito do discurso nega a supressão do Congresso, mobilizando o funcionamento discursivo da *denegação* e, em função disso, o sentido desliza. Dessa forma, em lugar de “*O Congresso foi suprimido*” tem-se “*O Congresso está em recesso*”, marcando a posição-sujeito com a qual o sujeito do discurso da ditadura se identifica.

Bibliografia

- ANSCOMBRE, Jean-Claude e DUCROT, Oswald (1983). *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga.
- BAKHTIN, Mikhail (1981a). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense -Universitária.
- BAKHTIN, Mikhail (1981b). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BAKHTIN, Mikhail (1988). *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Hucitec.
- BAKHTIN, Mikhail (1992). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BENVENISTE, Émile (1966). *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- BENVENISTE, Émile (1976). *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard. v.2.
- COURTINE, Jean-Jacques (1981). “Analyse du discours politique”. *Langages*, n. 62, p. 9-127, juin.
- COURTINE, Jean-Jacques (1982). “Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours”. *Philosophiques*, v. 9, n. 2, p. 239-263, oct. 1982.
- DUCROT, Oswald (1980). *Les mots du discours*. Paris: Minuit.
- DUCROT, Oswald (1984). “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”. In: ____ (1987). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- INDURSKY, Freda (1997). *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Pontes.
- JAKOBSON, Roman (1968). *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- PÊCHEUX, Michel (1975). *Les vérités de la Palice*. Paris: Mardaga. Trad. Bras. *Semântica e Discurso* (1988). Campinas, Ed. da UNICAMP.

SAUSSURE, Ferdinand de (1916). *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1974.